



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPIRITO SANTO**

**EDITAL DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 013/2024
PROCESSO Nº 011072/2024**

Cód. CidadES Contratações: 2024.042E0600008.09.0006

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

Link: www.portaldecompraspublicas.com.br

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de Uniformes para Banda Marcial Marília de Rezende pertencente à Secretaria Municipal de Educação, deste Município, conforme quantidades e especificações técnicas constantes no termo de referência, anexo II deste Aviso de Dispensa de Licitação.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 17.294,85 (dezesete mil, duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 27/06/2024 às 08h00min

Até 04/07/2024 às 08h00min

PERÍODO DE LANCES

De 04/07/2024 às 08h01min às 14h01min

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPIRITO SANTO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 013/2024

O **MUNICÍPIO DE LINHARES/ES**, por intermédio da Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 058/2024, de 01 de ABRIL de 2024, sediada na Avenida Augusto Pestana, n.º 790, Centro, Linhares, Estado do Espírito Santo, neste Edital denominado simplesmente Prefeitura, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço global, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 1.606/2023 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: **04/07/2024**

Link participação: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

Horário da Fase de Lances: **08:01 às 14:01**

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O presente certame tem por objeto a contratação de empresa especializada para confecção de Uniformes para Banda Marcial Marília de Rezende pertencente à Secretaria Municipal de Educação, deste Município, conforme quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Aviso e seus anexos.

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	V. TOTAL
LOTE UNICO					
001	Camisa Uniforme Banda Marcial tamanho P Camisa manga longa(tipo blazer) tecido helanca 250 g/m2 na cor azul escuro,com gola acabamento duplo, acabamento acima do ombro franja dourada, botões médios dourados e cadarço dourado. Nas costas com nome da Banda Marília de Rezende e símbolo da Prefeitura (SILK) Boina helanca na cor azul escuro	UND	26	264,33	6.872,58
001	Camisa de Uniforme Banda Marcial tamanho M Camisa manga longa(tipo blazer) tecido helanca 250 g/m2 na cor azul escuro,com gola acabamento duplo, acabamento acima do ombro franja dourada, botões médios dourados e cadarço dourado. Nas costas com nome da Banda Marília de Rezende e símbolo da Prefeitura (SILK) Boina helanca na cor azul escuro	UND	12	264,33	3.171,96
001	Camisa de Uniforme Banda Marcial tamanho G Camisa manga longa(tipo blazer) tecido helanca 250 g/m2 na cor azul escuro,com gola acabamento duplo, acabamento acima do ombro franja dourada, botões médios dourados e cadarço dourado. Nas costas com nome da Banda Marília de Rezende e símbolo da Prefeitura (SILK) Boina helanca na cor azul escuro	UND	02	264,33	528,66
001	Camisa de Uniforme Banda Marcial tamanho GG Camisa manga longa(tipo blazer) tecido helanca 250 g/m2 na cor azul escuro,com gola acabamento duplo, acabamento acima do ombro franja dourada, botões médios dourados e cadarço dourado. Nas costas com nome da Banda Marília de Rezende e símbolo da Prefeitura (SILK) Boina helanca na cor azul escuro	UND	04	264,33	1.057,32
001	Camisa de Uniforme Banda Marcial tamanho 16 Camisa manga longa(tipo blazer) tecido helanca 250 g/m2 na cor azul escuro,com gola acabamento duplo, acabamento acima do ombro franja	UND	01	264,33	264,33



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPIRITO SANTO**

	dourada, botões médios dourados e cadarço dourado. Nas costas com nome da Banda Marília de Rezende e símbolo da Prefeitura (SILK) Boina helanca na cor azul escuro				
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 36 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	13	120,00	1.560,00
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 38 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	15	120,00	1.800,00
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 40 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	09	120,00	1.080,00
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 42 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	04	120,00	480,00
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 44 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	01	120,00	120,00
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 46 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	01	120,00	120,00
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 48 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	01	120,00	120,00
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 14 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	01	120,00	120,00
	VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO				17.294,85

CLAUSULA SEGUNDA - PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras, disponível no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- a) que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - I) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - II) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - III) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

- IV) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- V) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VI) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

CLÁUSULA TERCEIRA - INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Portal de Compras Públicas, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12(doze) meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

- b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - c) que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - d) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
 - e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
 - f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 3.10. Qualquer elemento que possa identificar a participante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Aviso de Dispensa.

CLÁUSULA QUARTA - FASE DE LANCES

- 4.1. A partir das 08h01min da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.6. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.10. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

CLÁUSULA QUINTA - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

5.3. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.5. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.6. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.7. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

CLÁUSULA SEXTA - HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.10. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.11. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.13. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.14. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

CLÁUSULA SÉTIMA - CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

7.4. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

- a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.7. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor/prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Dispensa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada na forma do edital, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.1 deste Aviso de Dispensa, no percentual de 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 8.1.1 a 8.1.7 e 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 8.1.8 a 8.1.12;

b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.12, deste Aviso de Dispensa.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

8.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

8.6. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

processo administrativo necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas, no site <https://linhares.es.gov.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) republicar o presente aviso com uma nova data;
- b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- c) No caso da alínea anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- d) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) **ANEXO I** – Documentação exigida para Habilitação;
- b) **ANEXO II** – Termo de Referência.
- c) **Anexo III** - Modelo/Layout

Linhares-ES, 26 de junho de 2024.

MARIA DA PENHA
VALARI
GIURIATO:00794328750

Assinado digitalmente
por MARIA DA PENHA
VALARI
GIURIATO:00794328750
Data: 2024.06.27
12:39:13 -0300

Maria da Penha Valari Giuriato
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

ANEXO I DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 1.9. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 1.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 3.1 Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial, ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

4. Qualificação Técnica:

- 4.1. Comprovação de que a participante forneceu, sem restrição, o material igual ou semelhante ao objeto. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, emitido por pessoa física ou jurídica, compatível com o objeto deste Aviso de Dispensa Eletrônica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES DA BANDA PERTENCENTE AO EMEFM MARILIA DE REZENDE SCARTON COUTINHO.

1.OBJETIVO:

1.1.Contratação de empresa especializada para confecção de Uniformes para Banda Marcial Marília de Rezende pertencente a Secretaria Municipal de Educação, através de **Autorização de Fornecimento** por modalidade **Dispensa de ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **Menor preço global**.
PEDIDO DE COMPRA Nº 70/2024.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1 O pedido se justifica pela necessidade de atender aos 45 (quarenta e cinco) alunos da rede pública municipal de ensino, que pertencem a Banda Marcial Marília de Rezende, locado na escola EMEFM Marília de Rezende Scarton Coutinho, a Secretaria Municipal de Educação deste município.

2.2. Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 227 que é dever do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à educação, dentre outros direitos básicos.

2.3. De igual forma, a Lei 9.934/96, que estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece em seu artigo 4º, inciso IX, que o Estado deve garantir padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

2.4 Especificamente a Banda Marcial Marília de Rezende não possui uniformes adequado, para apresentação de suma importância que acontecerá no dia 22 de agosto, data que comemoramos o aniversário da cidade de Linhares.

2.5. Dessa forma, mostra-se devidamente justificada a necessidade de deflagração de procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada para confecção de Uniformes para Banda Marcial Marília de Rezende pertencente a Secretaria Municipal de Educação, através de **Autorização de Fornecimento** por modalidade **Dispensa de ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **Menor preço**.

3.OBJETO:

Lote	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
001	Camisa Uniforme Banda Marcial tamanho P Camisa manga longa(tipo blazer) tecido helanca 250 g/m2 na cor azul escuro,com gola acabamento duplo, acabamento acima do ombro franja dourada, botões médios dourados e cadarço dourado. Nas costas com nome da Banda Marília de Rezende e símbolo da Prefeitura (SILK) Boina helanca na cor azul escuro	UND	26
001	Camisa de Uniforme Banda Marcial tamanho M Camisa manga longa(tipo blazer) tecido helanca 250 g/m2 na cor azul escuro,com gola acabamento duplo, acabamento acima do ombro franja dourada, botões médios dourados e cadarço dourado. Nas costas com nome da Banda Marília de Rezende e símbolo da Prefeitura (SILK) Boina helanca na cor azul escuro	UND	12
001	Camisa de Uniforme Banda Marcial tamanho G Camisa manga longa(tipo blazer) tecido helanca 250 g/m2 na cor azul escuro,com gola acabamento duplo, acabamento acima do ombro franja dourada, botões médios dourados e cadarço dourado. Nas costas com nome da Banda Marília de Rezende e símbolo da Prefeitura (SILK) Boina helanca na cor azul escuro	UND	02
001	Camisa de Uniforme Banda Marcial tamanho GG Camisa manga longa(tipo blazer) tecido helanca 250 g/m2 na cor azul escuro,com gola acabamento duplo, acabamento acima do ombro franja dourada, botões médios dourados e cadarço dourado. Nas costas com nome da Banda Marília de Rezende e símbolo da Prefeitura (SILK) Boina helanca na cor azul escuro	UND	04
001	Camisa de Uniforme Banda Marcial tamanho 16 Camisa manga longa(tipo blazer) tecido helanca 250 g/m2 na cor azul escuro,com gola acabamento duplo, acabamento acima do ombro franja dourada, botões médios dourados e cadarço dourado. Nas costas com nome da Banda Marília de Rezende e símbolo da Prefeitura (SILK) Boina helanca na cor azul escuro	UND	01



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPIRITO SANTO**

001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 36 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	13
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 38 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	15
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 40 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	09
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 42 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	04
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 44 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	01
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 46 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	01
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 48 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	01
001	Calça de uniforme Banda Marcial Tamanho 14 Calça tecido helanca 250 g/m2 cor azul escuro Elástico largo na cintura 5cm , costura dupla	UND	01

4. PEDIDOS DE COMPRAS Nº 070/2024.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL COMPLEMENTAR:

5.1 Considerando a Portaria Normativa nº 58, de 30 de agosto de 2023 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no art. 7º, inciso I, alínea "a" que dispõe sobre a facultatividade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP): "Art. 7º - A elaboração do ETP: I - é facultada nas seguintes hipóteses de contratações: quando for dispensável a licitação em razão do valor (incisos I, II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021). " Considerando o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe: "Art. 75 - É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras;" (valor atualizado pelo Decreto nº 11.871/2023).

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

MANUTENÇÃO, APRIMORAMENTO E MODERNIZAÇÃO – FUNDAMENTAL
3390300000 MATERIAL DE CONSUMO
1550000000 – TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
FICHA 55

7. DAS OBRIGAÇÕES:

7.1 – Da contratada

- a) Garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e qualidade, de acordo com o previsto na legislação, as especificações técnicas e demais condições constantes deste Termo de Referência;
- b) Fornecer administrativamente, a todo e qualquer usuário, as informações por ele solicitadas e relativas especificamente ao seu veículo;
- c) Prestar informações à Secretaria de Educação, quando solicitado, ou sempre que observar comportamentos inadequados dos usuários durante a viagem que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em risco os mesmos ou terceiros;
- d) Permitir e facilitar a ação de fiscalização, bem como dos fiscais da Secretaria Municipal de Educação;
- e) Executar os serviços de forma única com atendimento imediato, conforme estabelecimento no contrato de acordo com as necessidades da Secretaria, solicitadas através de ofício;
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo servidor fiscalizador do contrato;
- g) Disponibilizar a quantidade de itens contida no lote destinado a atender as necessidades das instituições de ensino e Secretaria Municipal de Educação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

- h) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objetivo da aquisição, realizando o prazo de execução conforme Autorização de Fornecimento prazo 30 dias.
- i) Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoal ou material, quando resultantes de ação ou emissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes de má execução dos serviços prestados;
- j) Arcar com o pagamento de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com o Município;
- k) Credenciar, junto a Secretaria Municipal de Educação, um representante para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;
- a.1) Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os serviços executados, devidamente atestados por servidor credenciado, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenização devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, deste que não haja nenhum fato impeditivo. Deverá ainda, ser anexada a comprovação da quitação com INSS e FGTS, de acordo com a legislação em vigor.

7.2.1 Da Contratante:

7.2.2 Encaminhar Autorização de serviço por email da empresa arrematante ;

7.2.3 Além disso, a CONTRATANTE obriga – se a:

- Disponibilizar todos os meios necessários para o fornecimento dos materiais de consumo;
- Fiscalizar e acompanhar toda a execução do contrato, por meio de um funcionário especialmente designado para isso;
- Efetuar os pagamentos nos prazos e na forma estipulada no presente contrato;
- Informar à contratada sempre que notar falhas no sistema de execução do contrato.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.1. Em respeito ao disposto da Lei 14.133/2021, a título de qualificação técnica, será exigido:

- Comprovação de que a participante executou, sem restrição serviços igual ou semelhante ao objeto. A comprovação será feita por meio de apresentação de que a empresa executa este tipo de confecção.

9. DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

9.1. A quantidade máxima estimada a ser contratada pelo órgão participante do certame, durante a vigência da AF, é conforme consta na relação em anexo, sem prejuízo para o disposto no item 3.1.

9.2. O quantitativo foi informado pela escola EMEFM Marília de Rezende S. Coutinho por e-mail, conforme anexado nos autos.

10. DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO EQUILIBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

10.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação;
- 10.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o contratado, mediante oferta de justificativa comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- Liberar o contratado do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas, e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- Convocar os demais executores para conceder igual oportunidade de negociação;

10.3. Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa;

10.4. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas, nos termos do da Lei de Licitações.

11. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO:

11.1. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração quando houver comprovado interesse público, ou quando o contratado:

- Não cumprir as exigências do contrato;
- Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior ao praticado no mercado;
- Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato ;
- Quando, o contratado, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento as exigências do instrumento convocatório .



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

11.2. O cancelamento do Contrato por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente;

11.3. O cancelamento do contrato não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular;

11.4. Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.;

11.5. A solicitação, pelo contratado, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justifiquem o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

12. DA EXECUÇÃO FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada Senhora **Cristiane de Oliveira Gaudêncio Ferrari** Diretora de Departamento de Apoio Adm. e Financeiro, e **Eliane Lima Batista** Auxiliar de Secretária.

13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO:

13.1. O prazo de vigência da Autorização de fornecimento é de 60 (sessenta) dias, contado do dia posterior à data de sua assinatura e sua eficácia dar-se-á a partir da data de sua publicação resumida na imprensa Oficial do Estado, na forma do parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Linhares/ES, 06 de junho de 2024.

Cristiane de Oliveira Gaudêncio Ferrari
Diretora de Dept. de Apoio Adm. Financeiro
Decreto nº 1257/2017.
Fiscal

Eliane Lima Batista
Auxiliar de Secretaria
Matricula nº 015750
Fiscal suplente

De acordo:

MARIA DA PENHA VALARI GIURIATO:00794328750
Assinado digitalmente por MARIA DA PENHA VALARI GIURIATO:00794328750
Data: 2024.06.27 12:39:37 -0300

Maria da Penha Valari Giuriato
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 370/2023



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPIRITO SANTO**

ANEXO III
MODELO / LAYOUT

